

Aposentadas e mulheres de 40 anos e mais no Estado de São Paulo 1992-2003



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados



Entidades participantes



SECRETARIA DO EMPREGO E
RELAÇÕES DO TRABALHO – SERT

- Maior participação na PEA de mulheres de 40 anos e mais
- Aposentadas chefiam 361 mil famílias de duas ou mais pessoas
- Participação de aposentadas na renda familiar passa para 40,1%
- Também na chefia de famílias cerca de 312 mil pensionistas

MULHER Trabalho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	6
NOVO PERFIL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 40 ANOS E MAIS	8
MULHERES APOSENTADAS DE 40 ANOS E MAIS	12
RENDIMENTO DAS APOSENTADAS	20
PENSIONISTAS DE 40 ANOS E MAIS	26
TABELA RESUMO	28



Governador do Estado
Geraldo Alckmin
Vice-Governador
Cláudio Lembo

Secretário de Economia e Planejamento
Martus Tavares

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretora Executiva
Felicja Reicher Madeira

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro
Marcos Martins Paulino

Diretor Adjunto de Produção e Análise de Dados
Sinésio Pires Ferreira

Diretor Adjunto de Disseminação de Informações
Vivaldo Luiz Conti

Chefia de Gabinete
Ana Celeste de Alvarenga Cruz

Conselho de Curadores
Andrea Sandro Calabi (Presidente)
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi
Carlos Antonio Luque
Hélio Nogueira da Cruz
Luiz Antonio Vane
Márcio Percival Alves Pinto
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Maria Fátima Pacheco Jordão
Neide Saraceni Hahn
Ruben Cesar Keinert

Conselho Fiscal
Caioco Ishiquiriama
Fábio Alonso
Grace Maria Monteiro da Silva

Diretoria Adjunta de Produção e Análise de Dados

Gerência de Análise Socioeconômica

Sonia Nahas de Carvalho (gerente)
Alexandre Jorge Loloian (coordenador)
Alexandre Constantino, Elias Prestes, Guiomar de
Haro Aquilini, Marcia Halben Guerra, Maria de
La Luz Prada Mato, Rosileide de Lima Rosendo
(equipe técnica)

Gerência de Metodologia e Estatística

Nádia Pinheiro Dini (gerente)
Eliana Monteiro Rodrigues, Mariza Tokie W. Taira,
Sílvia Regina Mancini (equipe técnica)

Diretoria Executiva

Assessoria Técnica de Suporte Institucional
Maria Cecília Comegno

Gerência de Editoração e Arte

J. B. de Souza Freitas (MTE 10.477)
Programação Visual
Cristiane de Rosa Meira, Icléia Alves Cury e
Ivana B. Ruiz Toniato
Preparação de Texto
Denise Niy de Moraes
Revisão de Texto
Maria Aparecida Andrade e Audrey Camargo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade
Avenida Cásper Líbero 464 CEP 01033-000
São Paulo SP Fone (11) 2171.7200 Fax (11) 2171.7324
www.seade.gov.br
ouvidoria@seade.gov.br geadi@seade.gov.br

MULHER Trabalho

**Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados – Seade**

Felicja Reicher Madeira
(Diretora Executiva)

**Conselho Estadual da
Condição Feminina – CECF**

Aparecida Maria de Almeida
(Presidente)

**Departamento Intersindical
de Estatística e Estudos Sócio-**

Econômicos – Dieese
Clemente Ganz Lúcio
(Diretor Técnico)

**Secretaria do Emprego e
Relações do Trabalho – Sert**

Francisco Prado de
Oliveira Ribeiro
(Secretário)

Aposentadas e mulheres de 40 anos e mais no Estado de São Paulo - 1992-2003

Homens e mulheres têm, ao longo de todo o ciclo de vida, comportamentos diferenciados diante do mercado de trabalho, chegando à fase idosa com níveis de atividade muito distintos.

Na rápida ampliação da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho, verificada nas últimas décadas, chama atenção uma configuração muito particular: o aumento da inserção de mulheres com 40 anos e mais nas atividades econômicas, com maior intensidade que o verificado entre as mais jovens, sobretudo a partir dos anos 90. Os dados da PNAD parecem sinalizar que as brasileiras têm permanecido por mais tempo no mercado de trabalho. Em 1981, 38,4% das mulheres de 40 a 49 anos, 27,6% daquelas com 50 a 59 anos e 9,9% do segmento feminino de 60 anos ou mais estavam ativas, enquanto em 2003 essas taxas, para as mesmas faixas etárias, passaram a 67,5%, 51,4% e 19,6%, respectivamente.

Essa expansão relaciona-se a vários movimentos estruturais em curso na economia e sociedade brasileira: transformações na estrutura ocupacional, com maior criação de oportunidades de tra-

balho feminino; mudanças de caráter demográfico que implicaram o aumento da esperança de vida e o envelhecimento da população; e mudanças de caráter comportamental, que têm se refletido na queda dos níveis de fecundidade e na melhoria dos indicadores educacionais femininos, que tornam as mulheres mais disponíveis e mais aptas a se inserirem no mercado de trabalho.

Outros fenômenos mais específicos também podem estar concorrendo para o ingresso e a permanência das mulheres nesse mercado, como a queda do poder aquisitivo das famílias e as dificuldades para a mulher obter aposentadoria, diante da maior precariedade de sua inserção na vida profissional, e, quando a obtém, o valor tende a ser insuficiente para manutenção de sua família, impelindo-a a buscar complementação para a renda.

Nunca é demais lembrar que o trabalho das mulheres decorre, frequentemente, de uma articulação complexa de características pessoais e familiares que podem influenciar sua decisão de ingressar ou permanecer na vida profissional, tais como presença de filhos associada

APRESENTAÇÃO

ao ciclo de vida das trabalhadoras, sua posição no grupo familiar (cônjuge, chefe de família, filha, etc.) e a necessidade de prover ou complementar o sustento do lar.

Seja como for, o acelerado crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, mesmo quando casadas e com filhos dependentes, é um processo irreversível, ainda que em condições menos favoráveis que a dos homens, principalmente no que diz respeito à necessidade de se inserir em postos de trabalho que permitam conciliar suas responsabilidades produtivas e familiares, o que contribui para levá-las a aceitar, com frequência, ocupações mal remuneradas e/ou de baixa qualidade. No entanto, apesar dessas condições adversas, várias pesquisas e estudos sugerem que tal crescimento pode ser atribuído muito mais ao aumento da valorização do trabalho feminino remunerado e dos novos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, fruto de um intenso processo de modernização e de mudança cultural observado no Brasil a partir dos anos 70. As mulheres não querem abrir mão do que consideram uma conquista, ter uma atividade remunera-

da pode significar maior autonomia e poder de decisão.

Este boletim, ao tratar da inserção das mulheres de 40 anos e mais nas atividades econômicas, destaca a participação das aposentadas e pensionistas, pois que uma das particularidades do mercado de trabalho brasileiro é permitir sua reinserção sem nenhuma perda. Mais uma vez, verifica-se grande heterogeneidade entre os benefícios recebidos por homens e mulheres, refletindo as distorções prévias da estrutura do mercado de trabalho – precariedade da inserção feminina, tanto em termos ocupacionais como salariais.

O presente estudo pretende incorporar no debate e na elaboração das políticas públicas, em geral, e de igualdade de gênero, em particular, um olhar mais atento a esse segmento populacional. Suas características remetem às questões das desigualdades relacionadas ao lugar das mulheres no mundo do trabalho e do seu estatuto na sociedade.

Maria Cecília Comegno
Coordenadora do Projeto

INTRODUÇÃO

No Estado de São Paulo, o envelhecimento da população verificado nas últimas décadas foi acompanhado pela crescente participação no mercado de trabalho das mulheres nas faixas etárias superiores a 40 anos. A despeito de tais movimentos, que têm provocado importantes mudanças no tamanho e na composição da força de trabalho, poucos estudos dirigidos a esse contingente populacional têm sido elaborados. Com vistas a contribuir para seu melhor conhecimento, o presente estudo traça um painel do envelhecimento populacional e da participação no mercado de trabalho das mulheres de 40 anos e mais e investiga alguns aspectos específicos desse segmento da população feminina, destacando as aposentadas e pensionistas, especialmente no que diz respeito a seus rendimentos e a seu papel no âmbito familiar.

Foram utilizados para esta análise dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, para os anos de 1992 e 2003.

Produziram-se e analisaram-se alguns indicadores sobre as mulheres nessa faixa etária, em particular as aposentadas, como seu número, sua taxa de

participação (porcentagem das que se mantêm economicamente ativas), sua taxa de ocupação (porcentagem das economicamente ativas que estão ocupadas), seus rendimentos, entre outros. Também foram considerados os tipos e tamanhos das famílias das mulheres aposentadas e sua posição dentro delas, além da participação de seus proventos no rendimento familiar. Para essa análise foram usados os seguintes conceitos:

- ocupados – pessoas que tinham trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), trabalhadores não remunerados que trabalharam 15 horas ou mais, pessoas que não exerceram o trabalho remunerado por motivo de férias, licença, greve, etc., durante toda ou parte da semana de referência. Foram excluídos os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso, independentemente do número de horas trabalhadas, e os não remunerados que trabalharam menos de 15 horas na semana de referência;
- desempregados – pessoas sem trabalho que tomaram alguma provi-

dência efetiva de procura de trabalho na semana de referência, incluídos os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso, independentemente do número de horas trabalhadas, e os trabalhadores não-remunerados que trabalharam menos de 15 horas na semana de referência, todos com procura efetiva de trabalho;

- inativos – pessoas sem trabalho que não tomaram providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência, incluídos os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso, independentemente do número de horas trabalhadas, e os tra-

balhadores não-remunerados que trabalharam menos de 15 horas na semana de referência, todos sem procura efetiva de trabalho;

- aposentados – pessoas que na semana de referência eram jubiladas, reformadas ou aposentadas pelo plano de seguridade social da União ou por instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive Funrural;
- pensionistas – pessoas que na semana de referência recebiam pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive Funrural, deixada por pessoa da qual era beneficiária.

MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

As profundas mudanças que vêm ocorrendo na dinâmica e na estrutura da população brasileira, marcadas pelo aumento da proporção da população adulta em relação aos mais jovens, foram também acompanhadas pela maior presença das camadas mais velhas no mercado de trabalho e pelo decréscimo da participação de crianças, adolescentes e jovens nesse mercado.

No campo demográfico, observaram-se declínio acentuado da fecundidade e aumento da esperança de vida

ao nascer, que refletem mudanças no padrão reprodutivo em nossa sociedade e avanços nas políticas educacionais, de saúde pública e sanitárias cujas contribuições para esse novo perfil populacional são decisivas.

No caso do Estado de São Paulo, o processo de alteração da estrutura populacional foi influenciado também pelas mudanças na dimensão e composição dos fluxos migratórios. Uma síntese dos resultados dessas transformações pode ser vista no Gráfico 1, que mostra

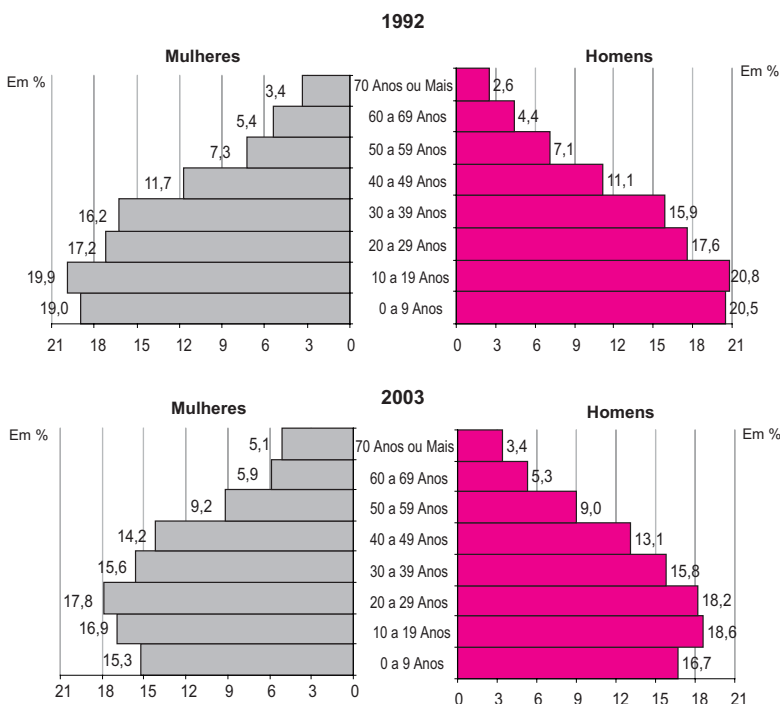
MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

as pirâmides etárias da população paulista em 1992 e 2003.

Diante desse quadro, pode-se afirmar que, nos últimos anos, consolidou-se o processo de envelhecimento da população residente no Estado de São Paulo, quando os grupos a partir dos 40 anos de idade aumentam sua participação relativa na população total e os mais jovens a diminuem (Gráfico 1).

Por sua vez, a composição da população paulista, por sexo, revela maior presença de mulheres. Isso decorre, principalmente, do diferencial existente na esperança de vida ao nascer – que registra uma margem de cerca de oito anos de vida a favor das mulheres –, além da maior participação do sexo feminino nos fluxos migratórios recentes para o Estado.

Gráfico 1
Pirâmide Etária da População Residente, por Sexo
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

NOVO PERFIL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 40 ANOS E MAIS

Maior participação de mulheres de 40 anos e mais

Essas mudanças na composição da população paulista foram acompanhadas por alterações no perfil das Populações em Idade Ativa (PIA) e Economicamente Ativa (PEA), agregados relevantes para o estudo do mercado de trabalho. A População em Idade Ativa (PIA) do Estado de São Paulo, em 2003, era composta por 32,6 milhões de pessoas, sendo 47,9% homens e 52,1% mulheres, correspondendo a 15,6 milhões e 17,0 milhões de pessoas, respectivamente. Já a composição da População Economicamente Ativa (PEA) apresentava um quadro diferente: de um total de 19,6 milhões de pessoas ativas, as mulheres representavam 43,3% (8,5 milhões) e os homens eram 56,7% (11,1 milhões), ainda que a proporção feminina tenha aumentado 5,8 pontos percentuais.

A maior presença feminina na PEA reflete o intenso crescimento de sua taxa de participação, no período em tela: enquanto a taxa global de participação no Estado de São Paulo cresceu 3,5% ao ano, a específica feminina elevou-se em 17,2%, em comparação à diminuição de 4,2% da masculina. Ainda assim, a proporção de homens no conjunto da PEA continua em patamar superior à das mulheres.

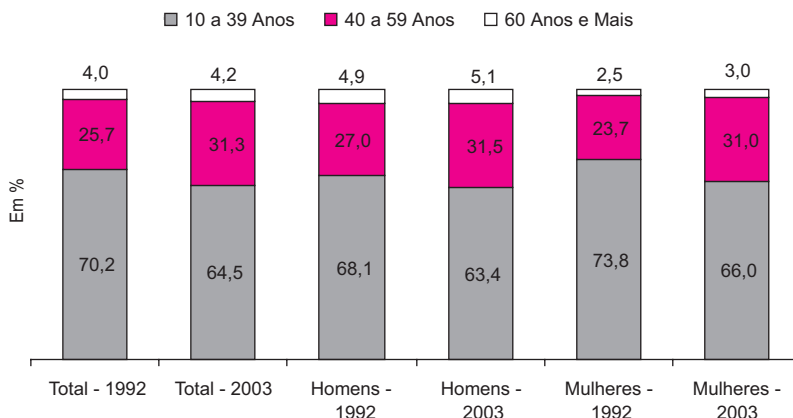
Reproduzindo essas comparações para o segmento etário de 40 anos e mais, percebe-se que a presença das mulheres também é superior à dos homens quando se trata da PIA – de um total de 12,7 milhões de pessoas em idade ativa com mais de 40 anos, as mulheres representam 6,9 milhões (54,5%) e os homens, 5,8 milhões (45,5%). Mas, quando se trata da PEA, novamente as situações se invertem pois, do total da população economicamente ativa na faixa etária de 40 anos ou mais, estimada em 6,9 milhões de pessoas em 2003, 2,9 milhões (41,5%) eram mulheres e 4,1 milhões (58,5%), homens.

Também para esse segmento etário constatou-se expressivo crescimento da PEA feminina: se a participação das pessoas com idade igual ou superior a 40 anos na PEA paulista em 2003 (35,5%) aumentou em 5,7 pontos percentuais em relação a 1992 (29,8%), entre as mulheres esse aumento foi ainda mais intenso, atingindo 7,8 pontos percentuais (Gráfico 2).

O comportamento da taxa de participação revela que, em 2003, metade das mulheres em idade ativa estavam inseridas no mercado de trabalho – como

NOVO PERFIL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 40 ANOS E MAIS

Gráfico 2
Distribuição da População Economicamente Ativa por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

ocupadas ou desempregadas –, o que representa crescimento de 17,2% em relação a 1992 (42,6%). Já para os homens, registrou-se movimento inverso: a taxa de participação masculina diminuiu para 71,1%, patamar 4,3% inferior ao de 1992.

Entretanto, repartindo esse segmento populacional nos subgrupos etários de 40 a 59 anos e 60 anos e mais, notam-se algumas particularidades que convém ressaltar. Em 2003, as taxas de participação das mulheres nesses subgrupos etários (56,1% e 11,4%, respectivamente) eram consideravelmente menores que as dos homens (84,5% e 34,6%), que tradicionalmente estão há mais tempo no mer-

cado de trabalho e em relação aos quais ainda prevalece a percepção de serem os provedores da família. Eles tendem a permanecer em atividade em proporção bem mais acentuada que as mulheres, principalmente após os 50 anos de idade. Tal comportamento, ao menos em parte, pode ser atribuído ao direito à aposentadoria das mulheres (cinco anos antes dos homens), seja na aposentadoria por idade (60 anos *versus* 65 anos), seja por tempo de contribuição (30 anos *versus* 35 anos).¹

Porém, enquanto as taxas de participação femininas se ampliaram nos três subgrupos populacionais discriminados

¹ GIAMBIAGI, F. et al. Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: o que foi feito e o que falta fazer. *Texto para Discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Rio de Janeiro, nº 1.050, out. 2004.

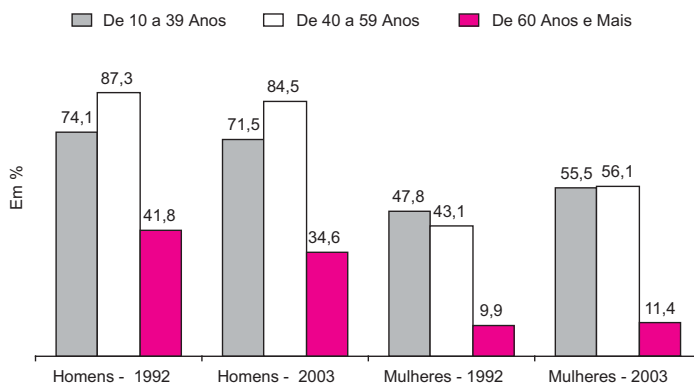
NOVO PERFIL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 40 ANOS E MAIS

no Gráfico 3, as masculinas reduziram-se. Se focalizados os segmentos mais idosos, objeto deste estudo, tal disparidade de comportamento torna-se ainda mais visível. Enquanto os homens na faixa etária entre 40 e 59 anos reduziram sua taxa de participação em 2,8 pontos percentuais, as mulheres nessa faixa de idade ampliaram-na em nada menos que 13 pontos, mais que compensando a retirada dos homens. A faixa etária igual ou superior a 60 anos foi a única que, em termos agregados, apresentou diminuição de sua taxa de participação especifi-

ca. Mesmo assim, esse indicador ampliou-se entre as mulheres (1,5 ponto percentual), mas não o suficiente para compensar a redução (7,2 pontos percentuais) registrada entre os homens.

Vários elementos podem ser invocados para explicar comportamento tão discrepante entre os sexos. Lavinás (2001),² por exemplo, considera que os “diferenciais de gênero que capacitam as mulheres a disputarem espaço no mercado de trabalho com mais sucesso do que os homens são seu nível médio de escolaridade mais alta (37%)³ e seu

Gráfico 3
Taxas de Participação por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

² LAVINÁS, L. Empregabilidade no Brasil: Inflexões de Gênero e Diferenciais Femininos. *Texto para Discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Rio de Janeiro, nº 826, set. 2001.

³ Número médio de anos de estudo das mulheres ocupadas/número médio de anos de estudo de toda a população ocupada.

NOVO PERFIL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 40 ANOS E MAIS

patamar de remuneração (25%), ainda inferior”. Também, é preciso supor que os postos de trabalho gerados sejam passíveis de serem ocupados por mulheres – hipótese bastante plausível, tendo em vista que o setor de serviços, muito mais permeável ao trabalho feminino que determinados segmentos industriais, foi o que mais gerou ocupações nesse período – e que as mulheres estejam disponíveis para trabalhar, isto é, que sejam capazes de conciliar seu papel na manutenção das famílias, no âmbito doméstico, com as atividades produtivas fora do domicílio. Também essa segunda hipótese é bastante plausível, seja pelas mudanças nos papéis de homens e mulheres no âmbito familiar, seja pela transformação no padrão reprodutivo da sociedade paulista, refletida na persistente diminuição da taxa de fecundidade nas últimas décadas. Ademais, mulheres nas faixas etárias em tela em geral não têm maiores requisitos com a guarda dos filhos, o que, em princípio, deve facilitar seu retorno ao mercado de trabalho ou mesmo o ingresso tardio nele.

Assim, a maior participação das mulheres na força de trabalho parece estar refletindo mudanças estruturais de or-

dem econômica, demográfica e comportamental, algumas potencializadas pela implementação de diferentes políticas públicas, que concorrem para tornar esse fenômeno permanente. Outros elementos também podem ser avocados para explicar tal movimento, como o adiamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho – reflexo das políticas de combate ao trabalho infantil e, principalmente, da valorização da educação por parte de famílias, governo e empregadores –, que tenderia a induzir pessoas em faixas etárias mais elevadas, que já deixaram a escola (como é o caso das mulheres com 40 anos e mais), a ocuparem esse espaço. Podem-se mencionar também fatores de caráter conjuntural, como a redução dos níveis de renda do trabalho e o elevado patamar da taxa de desemprego, que concorreriam para a maior presença feminina na PEA.

Em síntese, uma série de fatores, de diferentes naturezas, têm contribuído para ampliar a participação das mulheres na força de trabalho. Tais fatores explicam o fato de a PEA paulista ter se tornado mais feminina, mais escolarizada e mais envelhecida, nas últimas décadas.

MULHERES APOSENTADAS DE 40 ANOS E MAIS

Dos 3,3 milhões de aposentados, 15,3% eram mulheres que participavam do mercado de trabalho

A experiência internacional indica que entre 1960 e meados da década de 80 a taxa de participação da população de 55 anos e mais declinou em vários países desenvolvidos, em decorrência da maior urbanização, do desenvolvimento industrial e da ampliação da cobertura previdenciária. Desde então, essa taxa estabilizou-se em vários países. Em outros, como Austrália, Estados Unidos e Japão, aumentou no início dos anos 90, como resultado, provavelmente, do aumento da esperança de vida, de melhores condições de saúde e, também, das dificuldades desse segmento para obter aposentadoria.⁴ Tais dificuldades ocorreram em face da precarização dos mercados de trabalho que acompanhou as reformulações administrativas e produtivas no fim da década de 80 e na década de 90.

No Brasil, a presença das pessoas de 60 anos ou mais no mercado de trabalho é relativamente alta e a (re)inserção

do aposentado nesse mercado, um traço marcante da sociedade.⁵ Dessa forma, é relevante destacar a categoria dos aposentados, principalmente entre as pessoas de 40 a 59 anos, uma vez que outra especificidade brasileira, pouco comum internacionalmente, era a existência de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, sem limite mínimo de idade, que até recentemente possibilitava a existência de pessoas aposentadas com 40 anos de idade e até menos.

Alguns países estimularam a saída antecipada do mercado de trabalho por meio de políticas específicas que, muitas vezes até premiavam economicamente,⁶ mas com restrições ao retorno à vida ativa. Já no Brasil, as mudanças recentes da política previdenciária buscaram ampliar o tempo de permanência dos trabalhadores na vida ativa, com o aumento da idade mínima para aposentadoria para os novos trabalhadores, bem como

⁴ CAMARANO, A. A. O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho. *Texto para Discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Rio de Janeiro, nº 830, out. 2001.

⁵ CAMARANO, A. A. Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros, página 9. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 1999.

⁶ Como por exemplo na Espanha, nas décadas de 80 e 90, período da “reconversão industrial”, e posteriormente na França, inclusive nos anos 2000.

a introdução do fator previdenciário e de um pedágio para o acesso a esses direitos⁷ aplicável aos beneficiários da legislação anterior ainda na ativa.

A nova legislação foi aprovada pelo Congresso Nacional em 26 de novembro de 1999, a qual define limites de idade mínima para obtenção de aposentadoria e uma nova fórmula de cálculo do benefício, incluindo um redutor referenciado à esperança de vida, visando tornar menos atrativa a aposentadoria por tempo de serviço.

A presença de aposentados na vida ativa explica-se, em grande medida, pela existência de um contingente ainda em plena capacidade produtiva e pelos baixos níveis dos rendimentos do trabalho prevalecentes no Brasil e no Estado de São Paulo, que são justamente a base dos baixos valores de contribuição e, conseqüentemente, dos benefícios reduzidos recebidos pela maioria dos aposentados. Em dezembro de 2002, 41% das aposentadorias pagas pelo INSS no Estado de São Paulo eram de um salário mínimo e apenas 0,02% recebiam de 9 a 10 salários mínimos.⁸

Nos casos de aposentadoria por idade, a passagem da maioria da população

das faixas etárias superiores para a condição de inativa acontece com a percepção de baixo padrão de benefícios. O fato é que, regra geral, a passagem para a situação de aposentado é acompanhada de decréscimo nos rendimentos⁹ percebidos durante a vida ativa, o que pode contribuir para a permanência dos aposentados no mercado de trabalho, embora pareçam limitadas as possibilidades de obterem novas ocupações, particularmente em períodos de reduzido desempenho econômico, como nos anos 90 e início dos anos 2000, no Brasil.

Em relação às mulheres, atingir o *status* de aposentada costuma ser particularmente difícil, uma vez que, ao longo da vida produtiva, sua inserção no mercado de trabalho tende a se dar em condições mais precárias e, freqüentemente, em ocupações menos qualificadas, situações que se fazem acompanhar de instabilidade e baixa remuneração. Tais circunstâncias podem induzi-las a postergar sua retirada do mercado de trabalho ou a se reinserir nesse mercado, mesmo aposentadas.¹⁰

Em contraposição, a crescente participação das mulheres nos rendimentos e na chefia familiares tendem a mantê-la

⁷ Ver MARQUES, R. M.; BATICH, M.; MENDES, Á. Previdência Social Brasileira: Um Balanço da Reforma FHC. In: Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos. *Anais ...* Curitiba. Sociedade Brasileira de Economia Política, maio 2002.

⁸ FUNDAÇÃO SEADE. Introdução ao Capítulo da Previdência. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2002.

⁹ Nas duas últimas décadas, o teto das aposentadorias passou de 20 salários mínimos para 15, e na década de 90, para 10 salários mínimos. Nas aposentadorias mais recentes, ocorre a introdução de um fator redutor, vinculado à esperança de vida do beneficiário no momento da aposentadoria, contribuindo naquele sentido, mas seus efeitos ainda não se fazem sentir no presente estudo.

¹⁰ MULHERES, Mães, Avós e Responsabilidade pela Família. *O Estado de São Paulo*, Caderno 4: Cresce responsabilidade por criação de netos, 11 maio 2003.

MULHERES APOSENTADAS DE 40 ANOS E MAIS

em atividade,¹¹ para o que concorrem os baixos níveis de rendimento vigentes na economia e o aumento do desemprego, em especial entre os homens chefes de família.

PIA DE 40 ANOS E MAIS APOSENTADA

Expansão acelerada do número de aposentados, principalmente entre as mulheres

Em 2003, existiam no Estado de São Paulo cerca de 3,3 milhões de pessoas aposentadas de 40 anos e mais, ou 10,0% da PIA, proporção expressivamente mais elevada entre os homens (12,5%) que entre as mulheres (7,7%), como esperado, dada a maior e mais estável participação masculina no mercado de trabalho. Entre 1992 e 2003, a população aposentada de 40 anos e mais experimentou um aumento vertiginoso, ainda mais elevado entre as mulheres que entre os homens, e mais intenso entre as pessoas de 40 a 59 anos, também principalmente entre as mulheres.

Tal comportamento refletiu dois “picos” de requisição e concessão de aposentadorias:¹² o primeiro, entre 1992 e

1993, quando a concessão de novas aposentadorias alcançou números elevados, em decorrência do impacto da implantação das regras de acesso e cálculo da aposentadoria, introduzidas na Constituição de 1988, regulamentadas em 1991, cujo pagamento iniciou-se em 1993.¹³ O segundo, em 1997, quando foi observado um incremento de 30%, principalmente na concessão de aposentadorias por tempo de serviço. A partir desse ano a variação da concessão de aposentadorias torna-se negativa, até 2002. Em 1997, 66,2% das aposentadorias de todos os tipos eram por tempo de serviço, cuja demanda aumentou 25,3% nesse ano.¹⁴

Esse fato provocou impacto direto na participação do número de pessoas de 40 a 59 anos aposentadas em 2003, principalmente entre as mulheres e os trabalhadores com acesso a aposentadorias especiais, como professoras e professores, inclusive universitários. Isso porque, nesse período, esperava-se a modificação restritiva da legislação e do conjunto de normas que regia tanto as aposentadorias especiais quanto a forma de contagem do tempo de serviço e do cálculo do valor da aposentadoria.

¹¹ FUNDAÇÃO SEADE. *Boletim Mulher & Trabalho*, São Paulo, n. 10.

¹² MARQUES, R. M.; BÁTICH, M.; MENDES, Á. Previdência Social Brasileira: Um Balanço da Reforma FHC. In: Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos. *Anais ...* Curitiba. Sociedade Brasileira de Economia Política, maio 2002.

¹³ Assim, os dados correspondentes a 1992 deixam de recolher esses benefícios, mas fazem parte dos totais de 2003.

¹⁴ O aumento excepcional do número de aposentados nesse período ocorre tanto entre os contribuintes do INSS quanto no funcionalismo público.

MULHERES APOSENTADAS DE 40 ANOS E MAIS

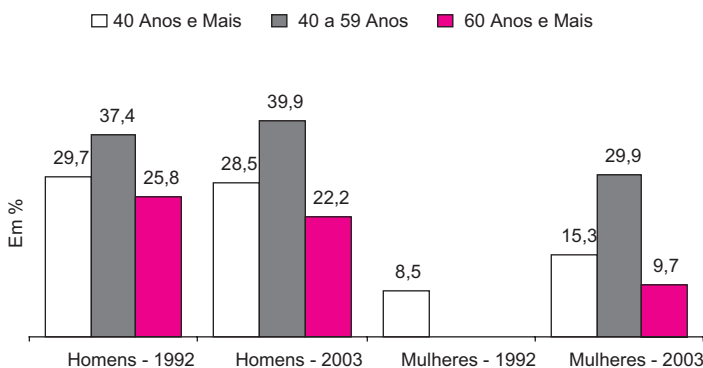
APOSENTADAS ECONOMICAMENTE ATIVAS

Taxa de participação das mulheres aposentadas cresce, enquanto a dos homens diminui

Esse crescimento do contingente de aposentados foi acompanhado pelo aumento de sua parcela de ativos na faixa etária de 40 anos e mais, no Estado de São Paulo. Entre 1992 e 2003, o crescimento relativo do número de mulheres aposentadas ativas foi superior ao dos homens nas duas faixas etárias analisadas.

A dimensão de tais movimentos pode ser avaliada pelo percentual de aposentados ativos com 40 anos e mais no total de aposentados nessa faixa etária, em 2003: 23,2% para o total, 15,3% para as mulheres e de 28,5% para os homens. Ao mesmo tempo, diminuiu a distância dessas razões entre os sexos, refletindo sua evolução diferenciada: em 2003, na faixa etária de 40 a 59 anos, tal indicador atingiu 29,9%, para as mulheres, e 39,9%, para os homens. Entre as pessoas de 60 anos e mais esses percentuais foram de, respectivamente, 9,7% e 22,2%, em 2003.¹⁵

Gráfico 4
Taxa de Participação dos Aposentados de 40 Anos e Mais, por Sexo, segundo Faixa Etária (1)
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.
(1) Excluídas as pessoas com idade ignorada.

¹⁵ O número reduzido de aposentadas ativas de 60 anos e mais em 1992 não permite calcular o indicador para esse ano.

APOSENTADAS OCUPADAS

Aumenta a proporção de mulheres aposentadas ativas que trabalham

Entre 1992 e 2003, os aposentados ativos de 40 anos e mais aumentaram sua participação no total de ocupados no Estado de São Paulo de 9,4% para 11,0%. O crescimento foi significativamente maior entre as mulheres (de 3,9% para 7,1%) que entre os homens (12,2% para 13,7%), embora o patamar destes ainda se mantenha muito superior ao das mulheres.

Quanto à taxa de ocupação¹⁶ dos aposentados nas faixas etárias superiores, verifica-se, de início, que seu patamar é muito elevado nos dois períodos, para ambos os sexos. Isso sugere que o fato de uma pessoa dispor de aposentadoria dá-lhe alguma vantagem na reinserção no mercado de trabalho. A título hipotético, pode-se admitir, por exemplo, que parcela desses indivíduos permanece no mesmo posto de trabalho em que se aposentou, outros conseguem inserir-se em novo posto a partir das relações pessoais e profissionais estabelecidas ao longo de sua vida profissional, outros ainda podem aceitar postos de trabalho precários, tendo em vista já disporem de um rendimento regular.

Pode-se também admitir, diante da virtual inexistência de desemprego nas faixas etárias superiores, em especial entre as mulheres, que as pessoas com tais

características, se não conseguem inserir-se no mercado imediatamente após a aposentadoria não permanecem pressionando esse mercado na condição de desempregadas.

No período, houve retração desse indicador para os homens e aumento para as mulheres, cujo patamar atingiu 95%, em 2003, superando o alcançado pelos homens (93%) e revertendo a situação observada em 1992, o que se repete nas duas faixas etárias analisadas. É notável que, em 2003, quase 100% das mulheres aposentadas ativas na faixa etária de 60 anos e mais estavam ocupadas (Gráfico 5).

O número de pessoas aposentadas ocupadas na faixa etária de 40 a 59 anos experimentou um crescimento de 115,2% entre 1992 e 2003, quando chegou a 350.074, sendo que 99.649 eram mulheres e 250.425, homens. Na faixa etária de 60 anos e mais esse crescimento foi de 46,7%, atingindo um contingente de 356.915 pessoas, das quais 89.424 eram mulheres e 267.491 homens.

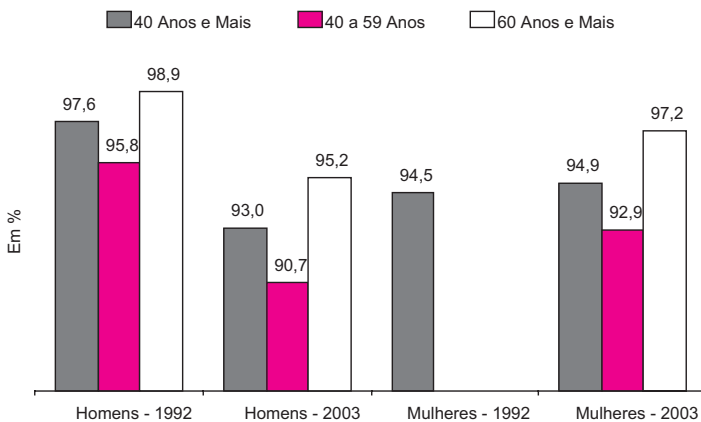
Quanto à inserção ocupacional, em 2003, a maior parte dos aposentados ocupados, homens e mulheres, era empregada e, em menor medida, trabalhador por conta própria, principalmente no setor de serviços.

Em 2003, encontravam-se em desemprego aproximadamente 50.000 aposentados de 40 anos e mais, em sua maioria homens.¹⁷

¹⁶ A taxa de ocupação referida é a proporção de ocupados aposentados em relação à respectiva PEA aposentada.

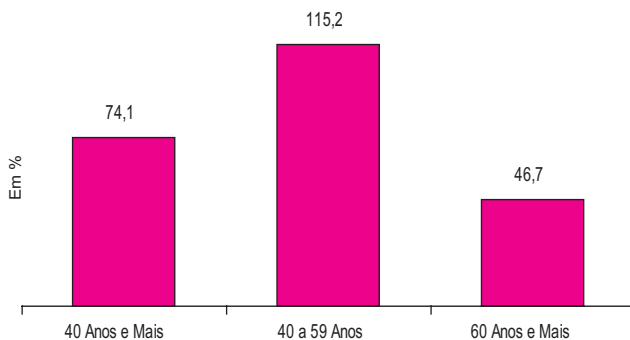
¹⁷ Não é possível comparação com 1992, visto o reduzido número de casos para este parâmetro.

Gráfico 5
Taxa de Ocupação dos Aposentados, por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

Gráfico 6
Varição do Número de Aposentados Ocupados, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

MULHERES APOSENTADAS DE 40 ANOS E MAIS

APOSENTADAS CHEFES DE FAMÍLIA

Em 2003, 361 mil famílias de duas ou mais pessoas eram chefiadas por mulheres aposentadas de 40 anos e mais

O número de famílias chefiadas por aposentados de 40 anos e mais aumentou intensamente (70,2%) entre 1992 e 2003, passando de 1,38 milhão para 2,35 milhões. Esse comportamento foi ainda mais vertiginoso entre as mulheres aposentadas de 40 a 59 anos (162,8%). Já entre os homens na mesma faixa etária o

aumento foi de 67,1%. Esse comportamento provavelmente espelha tanto o aumento de famílias chefiadas por mulheres já evidenciado em outros estudos¹⁸ quanto a maior incidência, anteriormente mencionada, das novas aposentadorias por tempo de serviço/contribuição ou especiais. Nestas últimas situam-se profissões onde a presença feminina é mais elevada,¹⁹ e também a tentativa de se antecipar à introdução de mudanças no cálculo da aposentadoria por tempo de serviço e à introdução de pedágio para a transição ao tempo de contribuição.

Tabela 1
Aposentados Chefes de Família, por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003

Faixa Etária	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
40 Anos e Mais	1.383.146	1.111.934	271.212	2.354.426	1.767.572	586.854
40 a 59 Anos	423.508	371.662	51.846	757.219	620.961	136.258
60 Anos e Mais	959.638	740.272	219.366	1.597.207	1.146.611	450.596

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

Em 2003, entre os aposentados chefes de família, a maioria pertence a famílias compostas por três ou mais pessoas (49,2%) e por duas pessoas (36,0%). No caso das famílias unipessoais, do total de homens na faixa etária de 60 anos e mais, 8,6% encontram-se nessa cate-

goria, em comparação a 44,0% entre as mulheres.

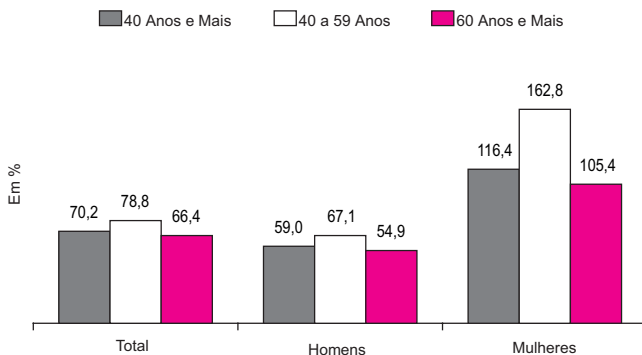
O fato de o número de mulheres aposentadas chefes de famílias, de 40 anos e mais, com dois ou mais componentes ainda ser inferior ao dos homens não impede que esse número tenha mais que

¹⁸ FUNDAÇÃO SEADE. *Boletim Mulher & Trabalho*, São Paulo, n. 10.

¹⁹ Inclusive com o aumento nesse período de aposentadorias do funcionalismo estadual, incentivadas em 1995 pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV).

MULHERES APOSENTADAS DE 40 ANOS E MAIS

Gráfico 7
Variação do Número de Aposentados Chefes de Família, por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003

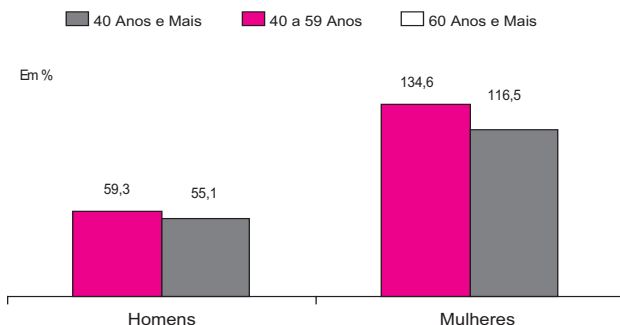


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

dobrado entre 1992 e 2003, passando de cerca de 154 mil para mais de 361 mil mulheres. Já entre os homens o crescimento foi de 59,3%. Esses números ilustram bem as mudanças de comportamento familiar e social e o conseqüente aumento da responsabilidade das mulhe-

res na manutenção de suas famílias, inclusive nas faixas etárias de mais de 60 anos, nas quais o incremento de aposentadas que chefiavam famílias de duas ou mais pessoas foi de 116,5% e, entre os homens, de 55,1%.

Gráfico 8
Variação do Número de Aposentados Chefes de Família Composta por Duas ou Mais Pessoas, por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

RENDIMENTO DAS APOSENTADAS

Aposentadas de 60 anos e mais possuíam os menores rendimentos

Para análise dos rendimentos, foi adotado o valor da mediana, ou seja, o valor que divide a população em duas partes – 50% dos aposentados têm rendimento abaixo da mediana e os outros têm rendimento acima dela. Isso devido à grande desigualdade da distribuição de renda vigente, da qual não fogem as aposentadorias.

A desigualdade no valor das aposentadorias provavelmente foi reforçada no período de 1992 a 2003, pela concentração da concessão de aposentadorias especiais e por tempo de serviço, correspondentes, em boa medida, a ocupados e ocupadas de 40 a 59 anos de idade, com melhor inserção profissional e bom nível de escolaridade, inclusive funcionários públicos²⁰ que se aposentavam com vencimentos integrais.

Sabe-se que um bom nível de instrução é um grande facilitador de oportunidades no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres, a que se vincula também a maior continuidade na vida profissional, independentemente do ciclo de vida. As mulheres com nível

de instrução mais elevado têm mais acesso ao mercado de trabalho formal – que lança a ponte para a aposentadoria – e constituía a única situação que viabilizava a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição com melhores níveis de remuneração. Ademais, pessoas nessas condições têm mais chances de, mesmo aposentadas, inserir-se no mercado de trabalho pelos motivos expostos anteriormente.

De fato, os dados analisados permitiram observar que, em 2003, 46,8% das aposentadas ativas entre 40 a 59 anos possuíam curso superior completo, enquanto entre os homens essa proporção era de 18,5%. Já na faixa etária de 60 anos e mais, 63,9% das aposentadas ativas concentravam-se no mais baixo nível de escolaridade, ou seja, eram analfabetas ou possuíam ensino fundamental incompleto, porcentagem relativamente próxima à dos homens na mesma situação, 66,1%.

É preciso reiterar que os rendimentos das aposentadorias encontravam-se em 2003 bastante influenciados pelas

²⁰ FUNDAÇÃO SEADE. Introdução ao Capítulo da Previdência. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2002.

RENDIMENTO DAS APOSENTADAS

quantias recebidas pelos aposentados recentes, tanto dos beneficiários do INSS que obtiveram a aposentadoria principalmente por tempo de serviço, quanto dos funcionários estatutários aposentados. Também é preciso observar que existem grandes disparidades entre os rendimentos percebidos entre os aposentados do INSS e aqueles provenientes do funcionalismo público. Em 2002, no Estado de São Paulo, o valor médio nominal das aposentadorias²¹ do INSS era de R\$ 530, enquanto no setor público era quase quatro vezes maior, R\$ 1.958.²²

Entre os aposentados, principalmente os que obtiveram esse benefício por tempo de serviço, que atingem mais elevada participação entre os aposentados de 40 a 59 anos, registraram-se, em

2003, rendimentos medianos correspondentes a R\$ 888,53 para os homens e R\$ 666,40 para as mulheres. Ou seja, elas recebiam um valor equivalente a 75% do percebido pelos homens, mesmo que nessa faixa etária já se reflitam os maiores valores de contribuição pagos pelas mulheres de incorporação mais recente ao conjunto de aposentadas.

O valor mediano das aposentadorias das pessoas de 60 anos e mais era, em 2003, de R\$ 533,12 entre os homens e de R\$ 266,56 entre as mulheres, ou seja, apenas 50,0% do valor recebido pelos homens dessa faixa etária.

As aposentadas com 60 anos e mais carregam ainda as consequências de uma escolaridade precária e uma frágil inserção ocupacional durante sua vida ativa. Além disso, pode-se supor que parte

Tabela 2
Rendimento (1) Mediano das Aposentadorias, por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003

Faixa Etária	Em reais de março de 2005 (2)					
	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
40 Anos e Mais	327,48	476,34	310,92	488,69	666,40	266,56
40 a 59 Anos	595,43	702,60	310,93	844,10	888,53	666,40
60 Anos e Mais	310,92	357,26	310,92	333,20	533,12	266,56

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.

(1) Rendimento de Aposentadoria de Instituto de Previdência ou do Governo Federal.

(2) Inflator utilizado: ICV do Dieese.

²¹FUNDAÇÃO SEADE. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2002. Capítulo Previdência, Tabelas 7 e 13.

²²Os dados da PNAD não permitem desagregar os dados por origem da fonte pagadora de aposentadoria. Também não se dispõe de informações sistematizadas, por Estado, sobre funcionários inativos federais nem municipais.

RENDIMENTO DAS APOSENTADAS

expressiva delas obteve a aposentadoria por idade, com relativamente pouco tempo de contribuição previdenciária, obtendo por isso valores de aposentadoria reduzidos, expressivamente inferiores (60,0%) à faixa etária de 40 a 59 anos.

Entre as aposentadas de 40 a 59 anos, observaram-se tanto o menor diferencial em relação às aposentadorias dos homens (-25,0%), quanto o maior incremento em relação a 1992 (114,3%), refletindo melhores níveis de escolaridade e de inserção no mercado de trabalho, principalmente entre as recentemente aposentadas por tempo de serviço/contribuição.

APOSENTADORIAS DAS CHEFES DE FAMÍLIA

Segundo posição na família, em 2003, as aposentadorias medianas dos chefes homens eram as mais elevadas, nas duas faixas etárias analisadas, tanto em relação aos não-chefes homens, quanto às mulheres chefes. Na faixa de 40 a 59 anos, os homens chefes recebiam R\$ 955,17, enquanto as mulheres chefes recebiam R\$ 777,46.

Entre os aposentados mais idosos, com 60 anos e mais, os homens chefes de família recebiam R\$ 555,33, valor mais elevado que os percebidos pelos homens não-chefes, mulheres chefes e não-che-

Tabela 3
Rendimento Mediano das Aposentadorias (1) dos Aposentados, por Sexo,
segundo Faixa Etária e Posição na Família
Estado de São Paulo
1992-2003

Em reais de março de 2005 (2)

Posição na Família	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
40 Anos e Mais	327,48	476,34	310,92	488,69	666,40	266,56
Chefe	416,80	573,40	310,92	577,54	666,40	266,56
Não-Chefe	310,92	310,92	310,92	266,56	266,56	266,56
40 a 59 Anos	595,43	702,60	310,93	844,10	888,53	666,40
Chefe	654,97	750,24	310,92	901,86	955,17	777,46
Não-Chefe	310,93	...	316,77	560,88	355,41	666,40
60 Anos e Mais	310,92	357,26	310,92	333,20	533,12	266,56
Chefe	333,44	416,80	310,92	444,26	555,33	266,56
Não-Chefe	310,92	310,92	310,92	266,56	266,56	266,56

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 e 2003; Fundação Seade.

(1) Rendimento de Aposentadoria de Instituto de Previdência ou do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

(2) Deflator utilizado: ICV do Dieese.

(...) Os dados não comportam a desagregação para essa categoria.

RENDIMENTO DAS APOSENTADAS

fes que recebiam um valor quase equivalente ao salário mínimo, R\$ 266,56.

RENDIMENTOS DO TRABALHO DAS APOSENTADAS

Os baixos rendimentos da aposentadoria mostram claramente a necessidade de a população urbana com 60 anos e mais, particularmente a feminina, manter-se ativa. A permanência na atividade torna-se ainda mais necessária entre os chefes de família, tenham ou não dependentes, tendo em vista sua posição de principais provedores de renda.

Entre os aposentados ocupados, os rendimentos do trabalho, em 2003, eram superiores aos obtidos das correspondentes aposentadorias, independentemente de sua idade e sexo. A importância relativa dos rendimentos do trabalho na composição do rendimento total dos aposentados ocupados aumentou entre 1992 e 2003, seja entre os homens (passando de 55,7% para 64,1%) seja entre as mulheres (crescendo de 42,2% para 52,4%, como mostra a Tabela 4).

Na faixa de 40 a 59 anos, o peso relativo dos ganhos do trabalho atinge 54,4% do total dos rendimentos das mulheres e 63,9% dos homens, e seus valores medianos correspondem a R\$ 999,60 e R\$ 1.110,66, respectivamente. Nessa faixa etária situa-se também o nível mais elevado da remuneração mediana do trabalho entre aposentadas e aposentados. O pico da participação relativa desse rendimento entre os ho-

mens ocorre aos 60 anos e mais (64,3%), ao passo que entre as mulheres nessa faixa etária o percentual é de 48,9%. Em termos absolutos, a remuneração mediana do trabalho dos aposentados nessa faixa etária corresponde a R\$ 666,40, para os homens, e R\$ 333,20, para as mulheres.

Ressalte-se que a mediana dos rendimentos do trabalho dos aposentados é mais elevada que a observada para o conjunto dos ocupados, para ambos os sexos, nas duas faixas etárias analisadas, exceto entre as mulheres de 60 anos e mais, para as quais é equivalente e correspondia a R\$ 333,20.

A diferença maior na remuneração do trabalho encontra-se entre as mulheres aposentadas de 40 a 59 anos, que percebiam R\$ 999,60, o dobro das ocupadas dessa faixa etária (R\$ 499,80). Os homens aposentados de 40 a 59 anos recebiam R\$ 1.110,66, valor 25% superior ao dos não-aposentados, cujo rendimento do trabalho equivalia a R\$ 888,53. Nesse segmento etário de aposentadas, o rendimento também se mantinha inferior ao masculino, porém o diferencial era o mais baixo dos observados, 10,0%.

Esse comportamento dos rendimentos do trabalho dos aposentados ocupados parece refletir o peso relativo das recentes incorporações ao universo dos aposentados por tempo de serviço e especiais, particularmente de servidores públicos, homens e mulheres, com elevado nível de instrução, superior à média do mercado, o que tende a facilitar sua permanência como ocupados em atividades mais bem remuneradas que a média.

RENDIMENTO DAS APOSENTADAS

Tabela 4
Distribuição da Massa Total de Rendimentos dos Aposentados Ocupados
de 40 Anos ou Mais por Sexo, segundo Origens dos Rendimentos
Estado de São Paulo
1992-2003

Origem dos Rendimentos	Em porcentagem					
	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
40 Anos e Mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimentos do Trabalho	54,6	55,7	42,2	61,6	64,1	52,4
Rendimentos de Aposentadoria	34,1	32,4	52,5	33,8	31,5	42,5
Rendimentos de Pensão	0,2	0,0	1,9	0,7	0,2	2,6
Outros Rendimentos (1)	11,1	11,8	3,4	3,9	4,3	2,5
40 a 59 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimentos do Trabalho	59,5	62,1	35,9	61,6	63,9	54,4
Rendimentos de Aposentadoria	37,7	35,4	59,3	35,3	32,6	43,9
Rendimentos de Pensão	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2	1,2
Outros Rendimentos (1)	2,8	2,5	4,8	2,7	3,3	0,5
60 Anos e Mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimentos do Trabalho	50,7	50,8	49,3	61,5	64,3	48,9
Rendimentos de Aposentadoria	31,1	30,1	44,9	31,9	30,1	40,1
Rendimentos de Pensão	0,4	0,1	4,0	1,1	0,2	5,0
Outros Rendimentos (1)	17,9	19,1	1,8	5,5	5,4	6,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 e 2003; Fundação Seade.

(1) Inclui rendimentos de outros tipos de aposentadoria e pensões não oficiais.

(...) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DAS APOSENTADAS DE 40 ANOS E MAIS NA RENDA FAMILIAR

A participação do rendimento das aposentadas de 40 anos e mais na renda familiar passa de 33,2% para 40,1%

Entre 1992 e 2003, a participação dos rendimentos de todas as fontes dos apo-

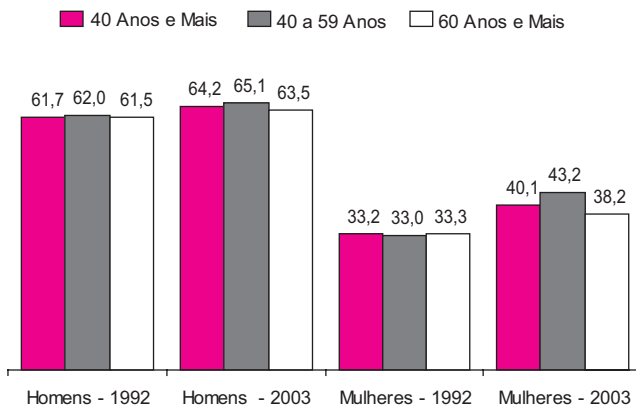
sentados na renda familiar aumentou em todos os segmentos analisados, sendo tal crescimento particularmente expressivo entre as famílias chefiadas por mulheres, sobretudo na faixa etária de 40 a 59 anos. Nesse segmento, o acréscimo foi de 10,2 pontos percentuais, passando de 33,0% para 43,2%. Nas famílias chefiadas por homens nessa mesma faixa etária, o crescimento foi de 3,1 pontos percentuais, elevando para 65,1% a

RENDIMENTO DAS APOSENTADAS

participação de seus proventos no total dos rendimentos recebidos por suas famílias. Entre as aposentadas de 60 anos e mais, a ampliação também foi expressiva, 4,9 pontos percentuais, atingindo 38,2%; entre os homens, a expansão foi

de 2,0 pontos percentuais, chegando a 63,5%. Esses desempenhos indicam claramente o aumento da relevância dos rendimentos femininos na manutenção da família na virada do século, mesmo nas faixas etárias mais avançadas.

Gráfico 9
Participação dos Rendimentos (1) de Todas as Fontes dos Aposentados
na Renda Familiar, por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.
(1) Inclusive agregados.

PENSIONISTAS DE 40 ANOS E MAIS

311 mil mulheres pensionistas de 60 anos ou mais, cujo rendimento mediano da pensão era de R\$ 266,56 chefiavam famílias de duas ou mais pessoas

Em 2003, existiam no Estado de São Paulo 1.220 mil pessoas de 40 anos e mais percebendo pensões, das quais 1.128 mil eram mulheres e 92 mil homens. Entre as pensionistas, verificam-se os mesmos movimentos de inserção no mercado de trabalho ocorridos entre as aposentadas. Na PEA, as pensionistas têm praticamente a mesma magnitude que as aposentadas, sendo cerca de 200 mil.

Entre as mulheres pensionistas de 40 anos e mais, a maior parte tem 60 anos ou mais (59,4%). Entre as mulheres aposentadas de 40 anos e mais, 15,7% também são pensionistas, das quais 84,7% têm 60 anos ou mais. Entre os homens

aposentados, os pensionistas são inexpressivos estatisticamente.

Em 2003, os pensionistas ocupados de 40 anos e mais representavam 3,2% do total de ocupados dessa faixa etária, menos que em 1992, quando eram 3,6%. Entre as mulheres, essa diminuição foi maior, mas a proporção ainda se mantém relativamente elevada, passando de 9,4% para 6,8%, o que representa quase 182 mil mulheres, das quais 29,9% tinham 60 anos ou mais. Nesse mesmo ano, do total de pensionistas ocupados de 40 anos e mais, 84,4% eram chefes de família, praticamente a mesma proporção observada entre as mulheres (83,6%).

Tabela 5
Pensionistas, por Sexo, Segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003

Faixa Etária	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	854.951	62.187	792.764	1.377.289	128.607	1.248.682
40 Anos e Mais	762.456	...	719.405	1.219.715	91.988	1.127.727
40 a 59 Anos	312.621	...	283.929	438.643	52.805	385.838
60 Anos e Mais	449.835	...	435.476	781.072	...	741.889

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.
(...) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

PENSIONISTAS DE 40 ANOS E MAIS

Já na faixa de 40 a 59 anos, essa proporção era de 82,7%, para as mulheres, o que indica que provavelmente entre as de 60 anos e mais²³ era mais elevada.

O total dos rendimentos dos pensionistas de 40 anos e mais representavam, em 2003, 49,7% do orçamento familiar, correspondendo a 48,1% para as mu-

Tabela 6
Pensionistas Ocupados, por Sexo, segundo Faixa Etária e Posição na Família
Estado de São Paulo
1992-2003

Posição na Família	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
40 Anos e Mais	154.703	...	133.178	207.821	...	181.420
Chefe	131.566	...	110.041	175.457	...	151.612
Não-Chefe
40 a 59 Anos	123.606	...	106.067	147.348	...	127.760
Chefe	105.254	...	87.715	124.354	...	105.619
Não-Chefe
60 Anos e Mais	60.473	...	53.660
Chefe	51.103
Não-Chefe

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.
 (...) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Tabela 7
Porcentagem dos Rendimentos de Todas as Fontes dos Pensionistas de 40 Anos e Mais
na Renda Familiar, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1992-2003

Faixa Etária	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
40 Anos e Mais	40,9	...	39,4	49,7	...	48,1
40 a 59 Anos	50,2	...	48,3	57,7	...	55,2
60 Anos e Mais	34,9	...	34,0	45,7	...	44,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.
 (...) Os dados não comportam a desagregação para essa categoria.

²³ O número de mulheres pensionistas de 60 anos e mais que eram chefes de família não apresentava tamanho suficiente para entrar em detalhes neste item.

lheres. Já entre as pensionistas de 40 a 59 anos essa porcentagem era superior (55,2%).

Entre os pensionistas de 40 anos e mais chefes de família, as pensões representavam 65,8% do total dos seus rendimentos. Já entre as mulheres a proporção era de 67,7%. Na faixa etária de 40 a 59 anos, entre as mulheres, essa porcentagem correspondia a 66,7% e, entre

as idosas de 60 anos e mais, atingia 68,3%.

Entre os pensionistas ocupados, os proventos do trabalho respondiam por 46,9% do rendimento total, ao passo que entre as mulheres equivalia a 44,3%. Esse porcentual era superior entre as pensionistas ocupadas de 40 anos a 59 anos (46,1%) e inferior entre aquelas de 60 anos e mais (41,5%).

TABELA RESUMO
Estimativas da População de 40 anos e Mais, por Sexo, segundo Condição de Atividade,
Tipo de Benefício, Posição na Família e Nível de Instrução
Estado de São Paulo
1992-2003

Condição de Atividade, Tipo de Benefício, Posição na Família e Nível de Instrução	1992			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
PIA	8.546.879	4.013.452	4.533.427	12.686.594	5.778.410	6.908.184
Aposentados	1.900.872	1.213.230	687.642	3.264.249	1.957.519	1.306.730
Pensionistas	762.456	...	719.405	1.219.715	91.988	1.127.727
PEA	4.475.967	2.997.310	1.478.657	6.953.357	4.069.743	2.883.614
Aposentados	417.993	359.764	58.229	756.386	557.096	199.290
Pensionistas	167.462	...	143.547	235.087	...	205.279
Aposentados Ocupados	406.028	350.989	55.039	706.989	517.916	189.073
Pensionistas Ocupados	154.703	...	133.178	208.672	...	182.271
Chefes de Família						
Aposentados	1.383.146	1.111.934	271.212	2.354.426	1.767.572	586.854
Pensionistas	550.295	...	512.031	888.411	75.811	812.600
Nível de Instrução dos Aposentados						
De Analfabeto a Médio Incompleto	1.620.942	1.036.978	583.964	2.498.659	1.544.491	954.168
Médio Completo	139.554	88.521	51.033	358.523	198.451	160.072
Superior Completo e Incompleto	139.579	87.731	51.848	406.214	213.724	192.490

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1992 e 2003; Fundação Seade.
 (...) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.